

## EDITORIAL

Diferentes mídias têm veiculado imagens de crianças em situações de guerra, em perigo, doentes, integradas ao mundo da exploração sexual e do trabalho, gerando muita comoção e mobilização em diversas partes do mundo. Para além das questões relativas ao senso comum ou à forma como as crianças têm sido exploradas em imagens, várias áreas de conhecimento constroem saberes sobre práticas relativas à emergência das “infâncias” e das “crianças”. Tais construções estão amplamente amparadas nos estudos que tratam da história da infância e que constituem fundamental colaboração para o entendimento da “infância” como um conceito. A ideia de que as crianças sempre existiram, mas a infância não, passou a ser o argumento de muitos estudos interessados na temática da “invenção” dessa etapa da vida, que não pode ser interpretada sem uma análise da organização da própria sociedade e da família. As discussões sobre “infâncias” e “crianças” envolvem entendimentos mais amplos sobre estrutura social, políticas públicas e o lugar da família contemporânea – esta última não apenas enquanto domínio formidável, instituição fundamental, de formação do indivíduo, mas como contexto social onde também operam diversas dinâmicas de violência, exclusão e abuso.

Dar voz à criança, tornando-a sujeito e objeto de estudo e de intervenção social, é um movimento que vem na esteira das discussões sobre proteção à infância, sobretudo a partir da Declaração dos Direitos da Criança, de 1989. Assim, no Brasil, uma série de trabalhos, a partir dos anos 1990, tem colaborado para um amplo reconhecimento da diversidade das experiências sociais das crianças. O que é ser criança no Brasil? Quais as especificidades de classe na experiência de infância? Que aportes metodológicos podem permitir estudos e levantamentos de dados sobre práticas institucionais destinadas às crianças? Em que medida tais práticas estão atentas aos contextos de pobreza, de riqueza, de marcadores étnicos e religiosos, de gênero? Quais são os modelos contemporâneos e premissas morais do sistema educativo?

Desde os anos 1960, as Ciências Sociais armazenam um conjunto analítico sobre o tema que marca o campo com a diferenciação entre “Infância” e “criança”. Em vez de supor dimensões dadas como “cultura” e “sociedade”, investiga-se as dinâmicas de constituição de experiências e relações sociais. Isto não se faz senão após um acúmulo de conhecimentos que aprimora a reflexão epistemológica sobre esse objeto, levando ao questionamento do método de pesquisa com e sobre crianças. Longe de olhá-las a partir de um parâmetro de normalidade, a Antropologia se pergunta como os pesquisadores ultrapassam sua condição de adultos para “ouvir” e entender as crianças?

Em tempos de tamanha violência política, em que nos balançamos entre ausência de democracia e emergência de variadas formas de ditadura, urge perguntar de que forma temos nos mobilizado, nas diferentes áreas do saber, em prol da infância de hoje – leia-se, sobretudo, aquela marcada pela pobreza e pela vulnerabilidade social.

Lívia Fialho Costa  
Editora Científica

**Temas e prazos dos próximos números da Revista da FAEEBA:  
Educação e Contemporaneidade**

<b>Nº</b>	<b>Tema</b>	<b>Prazo de submissão</b>	<b>Lançamento</b>	<b>Coordenadores</b>
<b>52</b>	Educação, Eossocioeconomia e Turismo de Base Comunitária	30/03/2018	Maio/agosto 2018	Francisca de Paula Santos da Silva – UNEB Carlos Alberto Cioce Sampaio - FURB